



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 992/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10968/2014.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsáveis:** Srs. Amadeu Júnior Andrade Rodrigues (01.01 a 16.07), Rosineide Aguiar Coelho (17.07 a 25.10), Marlon Trindade Teixeira (26.10 a 18.11 e 07.12 a 31.12) e Edmar Carlos Barros da Silva (19.11 a 06.12).

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório de Conclusivo nº. 13/2014 (fl.610/657).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 548/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 658/666).

**8- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2013.

*Contas regulares com ressalvas. Recomendações. Quitação aos Responsáveis. Multa. Prazo. Determinação à SEPLENO.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM:

**9.1 - à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**9.1.1- Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, referente ao exercício de 2013, de responsabilidade dos **Srs. Amadeu Júnior Andrade Rodrigues** (01.01 a 16.07), **Rosineide Aguiar Coelho** (17.07 a 25.10), **Marlon Trindade Teixeira** (26.10 a 18.11 e 07.12 a 31.12) e **Edmar Carlos Barros da Silva** (19.11 a 06.12), nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**9.1.2- Recomendar a Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos:**



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 992/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

- a) Observar com rigor as regras sobre procedimentos licitatórios previstas nos arts. 27, 38 e 43, Inciso 1 §2º, Lei n. 8.666/1993;
- b) Observar com rigor o disposto no § 1º do art. 1º da lei Complementar n. 101/00;
- c) Atualizar as pastas funcionais de seus servidores conforme ocorram as alterações;
- d) Manter atualizado o Portal da Transparência, proporcionando detalhamento das informações, em cumprimento ao que determina o art. 48, caput c/c o art. 73-B da Lei Complementar 101/2001;
- e) Corrigir a Lei Municipal n. 232/2013 que dispõe sobre a reorganização administrativa e estruturação do quadro de pessoal do Poder Legislativo da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos.

**9.1.3- Determinar à Secretaria do Egrégio Tribunal Pleno** que oficie à Receita Federal objetivando informar sobre o não recolhimento de valores referentes às obrigações patronais e retenções dos valores de contribuição ao INSS, pertinentes ao exercício de 2013, conforme preceituam os arts. 40, 195, I e 149, §1º da CF/88. Devendo acompanhar cópia deste Acórdão.

**9.1.4- Dar quitação aos responsáveis**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**9.2 – Por maioria, nos termos do voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva:**

**9.2.1- Aplicar multa à Sra. Rosineide Aguiar Coelho**, com fulcro no artigo 308, II, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no montante de **R\$1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos)**, relativo ao atraso na remessa das informações ao ACP do mês de dezembro;

**9.2.2- Fixe o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento da **multa** aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração da **cobrança executiva**, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

**9.2.3- Recomendar à Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos** que obedeça os prazos relativos a remessa dos dados contábeis ao Tribunal de Contas, nos termos da Resolução n. 10/2012.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 992/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

***Vencido o Relator, Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que votou pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.***

**10- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 25 de novembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente, em substituição

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral